

INTERVENÇÃO ESTATAL E REDEFINIÇÃO OLIGÁRQUICA NA PARAÍBA PÓS-30

Martha Falcão de Carvalho e M. Santana*

Este artigo se propõe discutir e analisar o processo de redefinição oligárquica na Paraíba, sob a liderança do “Argemirismo”, detendo-se mais especificamente, na repressão oficial a trabalhadores e comunistas, no curso do processo de recomposição do poder oligárquico pós-30.

O ano de 1935 constitui um marco decisivo no processo de reconstrução do poder oligárquico na Paraíba, com sua culminância e consolidação no Estado Novo. O clima de instabilidade e de lutas sociais do pós-30, recrudescera com a vitória das oligarquias estaduais nas eleições de 1934 e 1935, com a agudização das “*contradições sociais implícitas na conjuntura de crise e na reconstrução dos espaços*”.⁸⁴

A nova ordem, marcada pela reconstitucionalização do país, permitiu ao operariado e à pequena burguesia outras possibilidades de expansão e reivindicações em novos partidos que defendiam regimes democráticos ou fortes, concretizados pela Aliança Nacional Libertadora e pelo Integralismo.⁸⁵ No bojo desse processo de efervescência social, assiste-se ao ascenso da mobilização operária, com o recrudescimento das greves e dos movimentos paredistas, sobretudo, face ao descontentamento de terem se tornado “*letra morta*” os direitos conquistados na

* Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP, Mestra e Doutora em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco e Profª Adjunta do Deptº de História da UFPB.

⁸⁴ Cf. Eleite Gurjão. *Morte e vida das oligarquias*. Paraíba - 1889-1945, p. 143.

⁸⁵ Segundo Carone, o fascismo surge cedo no Brasil, em 1922, com a Legião do Cruzeiro do Sul. Oito anos depois, proliferam outros partidos: Legião de Outubro, de Francisco Campos; Partido Nacional Sindicalista, de Ollano de Melo; Partido Fascista Nacional, de J. Fabrino; Legião Cearense do Trabalho, de Severino Sombra; Partido Nacionalista de São Paulo, de Mário Antunes; Partido Nacional Regenerador, de Dr. Sardinha; e ala do Partido Socialista Brasileiro, de Cristiano das Neves; Partido Fascista Brasileiro. “Todos precedem o integralismo, mas sua pequena expansão os faz desaparecer ou fundirem-se na Ação Integralista Brasileira... Utilizando núcleos existentes ou penetrando em novas camadas, ela vai ser, depois do PCB, o único partido nacional”. Cf. Carone, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1977, pp. 113-114.

Constituição Federal de 1934, e ainda, pela promulgação da Lei de Segurança Nacional, quando:

A burguesia exulta. Começa a campanha anticomunista e o crédito de confiança concedido a Getúlio é ilimitado. As oligarquias, que viram o Presidente destruir o tenentismo, confiavam que ele fosse seu, e que assim o melhor jogo consistiria em eliminar todas as forças antagônicas.⁸⁶

Não obstante reconhecer a incipiente industrialização da Paraíba, a fluidez de seu operariado (quadros seguintes), recusamos a premissa de sua passividade⁸⁷, concordando com E. P. Thompson, quando este afirma que:

A classe operária é definida pelo modo que as pessoas vivem a sua própria história, que a classe e a consciência de classe emergem da luta de classes propriamente dita, e que a experiência de uma classe não é mais verdadeira que a outra⁸⁸.

⁸⁶ Ibid., p. 117.

⁸⁷ As nossas considerações teóricas, quanto ao papel do operariado paraibano no processo de reconstrução da ordem oligárquica paraibana, que se acelera em 1935, com a vitória das oligarquias algodoeira-pecuária e açucareira nas eleições de 1934 e para o governo de estado em 1935, foram inspiradas inicialmente em E. P. Thompson e completadas pela obra de Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio. "Imigração e movimento operário no Brasil: uma interpretação". In José Luiz Del Roio (Org.). *Trabalhadores do Brasil: imigração e industrialização*. São Paulo: Ícone/Edusp, 1990, pp. 43-57. Os autores se contrapõem, como nós, ao fato de que "a historiografia brasileira geralmente explica o processo social do país, como fruto de suas supostas carências: a ausência, de um lado, de uma burguesia devidamente constituída, e de outro, de uma classe operária amadurecida, organizada, apta a propor um projeto político. Conclui-se que tais carências teriam suscitado um 'vazio de poder' que foi preenchido pelo Estado, único agente político, histórico e real que se assenta sobre as classes sociais, plasmando-as como elementos da estrutura política para reequilibrar o capitalismo 'tardio' ou atrasado, como hoje se costuma definir o capitalismo brasileiro. Estamos, portanto, distante de uma historiografia que não leva em conta nem as contradições do sistema, e nem a luta de classes apesar de suas solenes e numerosas profissões de fé marxistas". Ibid., p. 43

⁸⁸ Cf. Thompson, E. P. "Eighteenth-century english society: class struggle without class?" In *Social History*, v. 3, n. 2, maio 1978, pp. 145-150. (apud. Hall, Michel M. et al. Op. cit., pp. 43-44)

QUADRO I
PARAÍBA – NÚMERO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS E DE OPERÁRIOS –
1920-1940

1920		1940	
Estabelecimentos	Operários	Estabelecimentos	Operários
251	3.035	737	13.210

FONTE: Relatório da FIEP e Cadastro Industrial do Estado da Paraíba.
João Pessoa: A UNIÃO, 1974, pp. 55-56.

QUADRO II
PARAÍBA – EMPRESAS INDUSTRIAIS COM 50 OU MAIS OPERÁRIOS,
CONFORME RAMO DE PRODUÇÃO E ANO DE IMPLANTAÇÃO - 1880-
1949

Classificação de Produção	Anos			
	1880/1929	1930/1939	1940/1949	TOTAL
Têxteis	02	02	02	06
Produtos alimentares	-	03	04	07
Indústria quim. e farmacêuticas	-	-	-	-
Produtos vegetais	01	02	02	05
Const. E montagem de mat. de transporte	-	-	-	00
Indústria extrativa de produtos minerais	-	-	-	00
Ind. de transformação de mat. não metálico	-	01	02	03
Indústrias metalúrgicas	-	-	-	00
Indústrias mecânicas	-	-	-	00
Ind. de mat. Elétrico e de comunicação	-	-	-	00
Indústria de imóveis	-	-	-	00
Indústria de papel e papelão	-	-	-	00
Ind. de couro, peles e produtos similares	-	02	-	02
Ind. de const. Civil	-	-	-	00
Ind. de baldes	-	-	-	00
Ind. diversas	-	-	-	00
TOTAL	03	10	10	23

FONTE: Ibid., pp. 57-58.

Considerando-se a estrutura agrária paraibana, seu alto índice de concentração, a predominância de relações sociais de produção não capitalistas e sua economia essencialmente agroexportadora, alicerçada, em quase 50%, no imposto de exportação (quadro a seguir), não há como se negar a insignificante concentração de seu operariado e sua mobilização no tocante aos conflitos entre o capital e o trabalho. A persistência dessa situação, na Constituição Estadual de 1935, ficou bem patente, quando os deputados situacionistas, por maioria absoluta, rejeitam a emenda referente à demarcação e divisão de terras na Paraíba, apresentada pelo deputado opositor Fernando Pessoa. Criticados e rotulados como reacionários, pelo ex-candidato da legenda Trabalhador Vota em Ti Mesmo, o advogado e ex-assessor do governo João Pessoa, Dr. Osias Gomes, os deputados situacionistas alegaram que “*a emenda era atentatória ao direito de propriedade privada e que a divisão proposta aniquilava o regime de condomínio econômico*”.⁸⁹

QUADRO III		
PARAÍBA – ARRECADAÇÃO POR RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS – 1937		
TÍTULOS	CONTOS DE REIS	PERCENTAGEM
Impostos de exportação	15.570	49,8
Impostos sobre vendas mercantis	3.296	10,5
Receita extraordinária	2.102	6,7
Imposto de ind. e profissão	1.515	4,8
Imposto de trans. Inter-vivos	1.499	4,7
Imposto de combustível de motores de explosão	1.450	4,6
Rendas industriais	1.398	4,5
Impostos de estatística	1.111	3,6
Imposto do selo	908	2,9
Imposto territorial	792	2,5
Imposto sobre gado abatido	469	1,5
Receita c/ aplicação especial	485	1,6
Rendas patrimoniais	299	1,0
Impostos de trans. Causa-mortis	189	0,6
Imposto sobre aguardente	160	0,5
Impostos diversos	19	0,1

FONTE: *Atualidade paraibana*. João Pessoa: Imprensa Oficial/Dept^o de Estatística e Publicidade, 1938, pp. 11-12 e Coelho Filho, João Santos. *Impostos na Parahyba*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934, p. 38.

⁸⁹ Cf. Annaes da Assembléa Estadual Constituinte, em Sessões 1.499 em 07 maio 1935, p. 167.

As discussões e protestos dos deputados situacionistas Tertuliano Brito, Fernando Nóbrega e Duarte Lima foram ensejadas pela publicação do artigo *O intangível latifúndio*, no DIÁRIO DA MANHÃ do Recife, por Osias Gomes, para quem:

Não se deram conta os nobres deputados paraibanos, de que a divisão, em vez de aniquilar o condomínio, o fortalece sob bases mais sólidas, dada a existência da cooperação agrícola...

Quanto à defesa do latifúndio, para que ele se conserve como o intangível fator de pauperismo, estiolando as populações agrárias, entrave maior ao desabrochar das nossas implícitas possibilidades econômicas – o episódio nos faz recuar melancolicamente uns cinquenta anos, pelo menos, ao sombrio passado.

É incrível que esse espantinho da moderna estrutura econômica ainda seja erguido como totem de salvação coletiva, quando se comprometera combatê-lo num dos seus pontos programáticos.⁹⁰

Detendo cômoda situação política no Congresso Nacional, na Assembléia Legislativa e no executivo paraibano, o Partido Progressista, sob o comando do próprio Argemiro de Figueiredo, partiu para o seu embate mais significativo: as eleições municipais, marcadas para 09.09.1935, pois:

Coube-me na obra de arregimentação política, o lugar mais exposto aos revezes da sorte dos que

⁹⁰ Cf. Gomes, Osias. "O intangível latifúndio". In *Diário da Manhã*, Recife, 05 maio 1935, p. 03 e transcrito, a requerimento do deputado perrelista (oposição) Fernando Pessoa, nos Annaes da Assembléia Legislativa, sob os protestos dos deputados "progressistas". Ver sessão de 07 maio 1935, com a íntegra das discussões nos Annaes. (Ibid, p. 167 e seguintes)

combatem. Igualo-me aos companheiros mais humildes para responder como eles pelos atos pessoais. Distingo-me, porém, deles e dos mais responsáveis para responder por todos, porque terei que responder pelos destinos duma coletividade... Assumo o poder sob o reflexo da sólida confiança que me depositaes, e que é o bastante para me fazer assegurar-vos, com serenidade e firmeza, que havemos de vencer.⁹¹

Fulcrada teoricamente nessa premissa, analisaremos o papel do operariado, dos intelectuais e da oposição em geral, no processo de reconstrução do poder oligárquico paraibano, processo esse que recrudescceu a partir de 1935, sobretudo, com as eleições municipais da capital, quando se avolumam os movimentos paredistas e as greves⁹².

A partir de fevereiro a maio de 1935, assimilando a máxima epitacista de que *“Presidente do Estado que é ao mesmo tempo chefe de Partido tem o dever de conciliar interesses da administração com interesses do Partido”*,⁹³ o governo da Paraíba, no processo de reconstrução do poder oligárquico, inicia, através da conciliação, a política de

⁹¹ Cf. Argemiro de Figueiredo, trecho de seu discurso de posse. Figueiredo, Argemiro de. *Discursos parlamentares e outros discursos*. João Pessoa: A UNIÃO, 1977, p. 04.

⁹² A nossa historiografia se apresenta lacunar quanto a estudos específicos sobre os movimentos sociais na Paraíba, destacando-se: Diniz, Ariosvaldo da Silva. “Controle e disciplina no processo de trabalho (as greves de 1917 na Paraíba e o discurso modernizador).” In *Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências* (mimeo). Fortaleza, 1986, e RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba: 1917-1921.” In *Textos NDIHR*. João Pessoa: UFPB/NDIHR, n. 03, 1983. Segundo esses estudos, a Revolução Socialista de 1917 e as mudanças conjunturais impostas pela I Guerra Mundial contribuíram para o recrudescimento das greves. Nesse sentido, na Paraíba, eclodiram, nesse período, greves: dos Ferroviários da Great Western, dos Cigarreiros da Fábrica Colombo, dos Jornalistas, Alfaiates, Costureiros, dos Operários da Casa Kroncke & Cia., dos Operários da Casa Lona & Cia., dos Operários da Escola Normal, dos Estivadores do Porto de Cabedelo, dos Foguistas e Carvoeiros das Obras do Porto de Sanhauá, da Empresa de Tração, Luz e Força, dos Operários das Fábricas de Tecelagem de Rio Tinto e de Santa Rita (Tibiri), esta última tendo a duração de dois meses, em 1922, pleiteando, quase todas, a elevação dos salários e redução da jornada de trabalho. Na indústria cigareira, além dessas reivindicações, os grevistas exigiram melhores condições de trabalho.

⁹³ Cf. Pessoa, Epitácio. *Obras completas*. v. 15, p. 371. Telegrama enviado a João Pessoa, de Haia, em 10 mar. 1929.

desestabilização dos setores de resistência e de oposição aos seus interesses políticos.

Do figurino administrativo inaugurado por João Pessoa, adotou o hábito de abrir as portas do Palácio da Redenção às audiências públicas. Passou a receber, às tardes das quartas-feiras, os prefeitos que, oriundos dos pontos mais distantes do estado, hospedavam-se, preferencialmente, no Paraíba Palace Hotel, no centro, e no Hotel Globo, no Varadouro. Nas quintas-feiras à tarde, Argemiro recebia, a partir das 14 horas, o povo em geral, estendendo-se as audiências até as 21 horas, prosseguindo as audiências públicas nas sextas-feiras, em Campina Grande, sua terra natal, para onde viajava nos fins de semana.⁹⁴ De agora em diante, o povo e os políticos tinham no governador *“um forte aliado na solução de suas mais prementes necessidades”*.⁹⁵ O hábito de fiscalizar pessoalmente as obras públicas e de se fazer acompanhar por seus assessores, em manifestações públicas, refletiam o desejo do governo de ser reconhecido perante a opinião pública, como o encarregado de promover *“o melhoramento das condições econômicas, physucasm intelectuais e moraes do povo”*.⁹⁶

Em fevereiro de 1935, à medida que se acirram no Parlamento Nacional as discussões sobre a aprovação da Lei de Segurança Nacional, a imprensa local, notadamente, os jornais mais lidos na Paraíba, A UNIÃO, A IMPRENSA, O NORTE e VOZ DA BORBOREMA, passaram a veicular notícias do clima de insatisfação e de instabilidade instalado no país, com a deflagração de greves, protestos públicos e movimentos paredistas, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo:

A notícia da apresentação à Câmara dos Deputados do Projeto da Lei de Segurança

⁹⁴ Cf. A UNIÃO, João Pessoa, 23 fev. 1935, p. 01 e de 22 abr. 1935, p. 01.

⁹⁵ Cf. A UNIÃO, João Pessoa, 25 jun. 1936, em pronunciamento do governador no segundo aniversário de seu governo, onde se compromete em comemorar cada ano de sua administração com a inauguração de numerosas obras públicas na capital e interior do estado e a prestar contas, periodicamente, de sua administração ao povo paraibano.

⁹⁶ Cf. Argemiro de Figueiredo, em discurso de posse. Op. cit., p. 03.

Nacional e a divulgação de seu texto, aqui, causaram agitação, principalmente no seio das classes operárias. Ontem se declararam em greve, obedecendo a Frente Única Sindical, os alfaiates, os tintureiros, e os operários das malharias de seda, intensificando-se o movimento de protesto de instante a instante... A cavalaria patrulha a cidade e guarda os estabelecimentos públicos... A guarda do Palácio Tiradentes foi reforçada... Em Santos não é menos grave... Ali, conforme essas notícias, entraram em greve também, os tintureiros, os carroceiros, os gráficos e os operários da construção civil...⁹⁷

Em João Pessoa, em meados de fevereiro, os operários de diversas categorias realizaram ato público defronte ao prédio da Escola Normal, na Praça João Pessoa, onde funcionava a Assembléia Estadual Constituinte, para protestarem contra a aprovação da Lei de Segurança Nacional. Em sessão de 18 de fevereiro, foi entregue à presidência do legislativo estadual uma moção de protesto *“encaminhada pelos proletários da capital, em virtude da Lei de Segurança Nacional atentar contra a Constituição brasileira e às liberdades públicas...”*⁹⁸

Em sessão de 20 de fevereiro, a Lei de Segurança Nacional voltava à pauta do dia, com discussões pró e contra o diploma legal, envolvendo os deputados constituintes Ernani Sátiro e Emiliano Nóbrega, que se posicionaram contra, alegando que a Lei atentava contra as liberdades e direitos dos brasileiros, sendo a defesa feita pelo líder da maioria, deputado Duarte Lima, para quem as leis de segurança existiam em todos os países civilizados do mundo, pois:

⁹⁷ Cf. A IMPRENSA, João Pessoa, 30 jan. 1935, p. 02.

⁹⁸ Cf. Annaes da Assembléia Estadual Constituinte, p. 17. Na oportunidade, os operários dos diversos sindicatos e associações de classe tiveram o apoio do deputado constituinte classista – Anacleto Vitorino, que acompanhou a comissão de trabalhadores ao plenário e encarregou-se de fazer a leitura do documento. Idem, p. 18.

A época é dos governos fortes. Nenhum governo do mundo se mantém sem leis que garantam a sua existência... Pois o próprio Epitácio Pessoa, para manutenção das instituições e de sua própria vitalidade, foi obrigado a fechar o Clube Militar e a deter o marechal Hermes da Fonseca, então chefe do Exército Nacional.⁹⁹

Pronunciando-se favorável a Lei de Segurança Nacional, em tese, o deputado situacionista Fernando Nóbrega declara ter restrições a oferecer ao projeto então discutido no Congresso Nacional, pois esta lei é, *"...vaga e imprecisa na conceituação dos delitos e facilita interpretações perigosas que, de certo, anularão o patrimônio das maiores conquistas, no terreno da construção jurídica..."*.

Porém, afora essa restrição, o orador declarava-se favorável à elaboração de uma Lei de Segurança Nacional que viesse garantir a estabilidade do regime:

Não concebo e nem alcanço um regime que não seja inspirado nos princípios da verdadeira democracia. E, se o regime parece periclitar e se as instituições da República estão ameaçadas de aniquilamento pela propagação das idéias

⁹⁹ Cf. Annaes da Assembléa Estadual Constituinte, p. 53. Pronunciamento do deputado Duarte Lima (que depois seria eleito senador, com a renúncia de José Américo). Trata-se de um ex-perrepista, atraído, como Isidro Gomes e tantos outros, às fileiras do Partido Progressista por Argemiro de Figueiredo, nas eleições de 14 out. 1934, em sua obra de arregimentação e de conciliação. Já para o claudicante deputado Fernando Nóbrega: "no término de nosso pronunciamento, pedimos a Deus iluminar a consciência dos responsáveis pelos destinos supremos do país, para que tenhamos uma Lei de Segurança Nacional à altura da nossa civilização e da nossa cultura". Idem, p. 54. O último pronunciamento sobre a lei foi feito na sessão de 08 de abril, pelo deputado Rodrigues de Aquino, que se manifestou contrário ao projeto em tramitação, por vislumbrar conflitos entre vários de seus dispositivos e disposições da Constituição Federal. Id. Ibid, p. 120. Veja-se LIBERDADE, João Pessoa, 23 fev. 1935, onde foi publicado o manifesto de intelectuais em protesto contra a Segurança Nacional., apud Sylvestre, Josué. *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo*. Brasília: Gráfica do Senado, 1993, p. 221.

subversivas, francamente extremistas, por que então, Sr. Presidente, cruzamos os braços e entregamos, conseqüentemente, o destino da nacionalidade às noites incertas e amargas que procuram se avizinhar de nós?¹⁰⁰

O anteprojeto da Constituição estadual, de autoria do deputado federal e líder da bancada paraibana, José Pereira Lira, foi encaminhado a diversas instituições, objetivando colher sugestões, sendo uma cópia enviada à Corte de Apelação Estadual. Esta, designou o então Procurador Geral do Estado, Bel. José Flóscolo da Nóbrega para oferecer proposta de emendas. Depois de tecer uma série de críticas ao anteprojeto, sobretudo, por seu divórcio da realidade paraibana, notadamente, pela omissão dos problemas sociais mais cruciais, tais como: educação, defesa e assistência médico-sanitarista, a situação dos presidiários e do:

Arrepiante índice de mortalidade infantil de nosso Estado... além da assistência ao agricultor que vive anônimo e esquecido, como um bicho da terra, morando em casas de lama, sob o flagelo das secas e endemias e eternamente escravizado, por dívidas insaldáveis, à prepotência e egoísmo devorador dos proprietários...

Lembrava ainda, em sua exposição de motivos, a degradante situação de nossos presidiários e o constante aumento do índice do êxodo rural, necessitando o estado efetivar o quanto antes, uma política de fixação do camponês à terra. Ao concluir, mandava um último lembrete ao significativo número de latifundiários com assento na Assembléia Legislativa:

¹⁰⁰ Cf. Annaes da Assembléia Estadual Constituinte, p. 53. Pronunciamento do deputado situacionista Fernando Nóbrega, em sessão de 19 fev. 1935.

Para o homem do campo não há hospitais, nem ambulatórios; não existem legislação social, nem leis de férias e acidentes, nem caixas de pensões e aposentadorias e o Estado quase só o conhece através do fisco e da polícia.¹⁰¹

A medida que se aproximavam as eleições, tinham início as defecções do Partido Republicano Libertador, sob o comando do deputado federal Antônio Botto de Menezes. Tancredo de Carvalho e Eudes Barros, diretores, respectivamente, dos jornais de oposição – BRASIL NOVO e A RUA, oficializaram seu desligamento das fileiras perrelistas, em cartas amplamente divulgadas pelo órgão oficial. Eudes Barros, em contundente artigo, além de acusar o PRL de traição, declarava sua adesão ao governo de Argemiro de Figueiredo e ao Partido Progressista:

O Brasil tem hoje outra alma. Ninguém mais compreende esse fenômeno de ordem physica ou espiritual que governa hoje o homem público que vem de ser eleito governador de nosso Estado. Não é um democrata theorico, mas um democrata de experiência, de convicções, de têmpera forjadas nas luctas pela collectividade, tendo muitas vezes amargado as mesmas decepções, sentido os mesmos arreveses de revolta que assaltavam a alma popular...

A Parahyba que é o primeiro Estado do Norte a reintegrar-se ao regime constitucional, teve a felicidade de eleger um chefe de governo que fala ao seu povo a linguagem da democracia pura.¹⁰²

¹⁰¹ Idem, p. 107. O professor e jurista José Flósculo da Nóbrega foi fundador da Faculdade de Direito da UFPB e autor de Introdução à Ciência do Direito e Introdução à Sociologia.

¹⁰² Cf. artigo de Eudes Barros, publicado em A UNIÃO, João Pessoa, 29 jan. 1935.

Com a deflagração da campanha para as eleições municipais de 09 de setembro de 1935, as facções oligárquicas em disputa, representadas pelos Partidos Progressista e Partido Republicano Libertador, organizaram suas estratégias de luta.

Enquanto o partido situacionista tinha o declarado apoio da Liga Eleitoral Católica, a oposição conseguia, na capital, o apoio de vários sindicatos e associações de classe, além do apoio de demais ex-legendas Trabalhador Vota em Ti Mesmo, do Partido Democrático e do Integralismo. Estes últimos, com o declarado apoio dos candidatos a deputados estaduais nas últimas eleições de outubro do ano anterior, isto é: Severino Ayres, José de Brito (PD) e Chileno Alverga (Integralismo). Fortalecida na capital, a oposição, depois de conseguir o apoio de Osias Gomes, Josebias Marinho e Horácio de Almeida, principais nome da ex-legenda Trabalhador Vota em Ti Mesmo, partiu para conseguir o apoio do operariado.¹⁰³

Subvencionadas por verbas federais conseguidas pelo deputado perrelista Antônio Botto, as associações de classe apoiaram os candidatos a vereador do PRL.

Já o Partido Progressista, reeditando os mesmos expedientes das eleições anteriores, com a significativa utilização da máquina estatal conseguiu vencer em quase todo o estado, com exceção da capital e dos municípios de Umbuzeiro, Patos e Itabaiana, onde foram eleitos, respectivamente, Carlos Pessoa, Clovis Sátiro e Fernando Pessoa, pelo PRL.

A partir de julho de 1935, época da deflagração da campanha pelas eleições municipais, observa-se um recrudescimento no combate ao comunismo, e significativo aumento da propaganda integralista, através do jornal A IMPRENSA.

¹⁰³ Severino Ayres, José de Brito (PD) tiveram respectivamente 160 e 146 votos para a Assembléia Estadual Constituinte, enquanto Chileno Alverga (Integralismo) obteve apenas 73 votos. Cf. A UNIÃO, João Pessoa, 19 dez. 1934 e A IMPRENSA, João Pessoa, 18 dez. 1934, p. 04.

No pleito para vereadores municipais na capital, já que o prefeito, conforme dispositivo da Constituição Federal, deveria ser nomeado pelo governador, os candidatos do PRL conseguiram 2.477 votos, elegendo 07 vereadores, e o Partido Progressista, 1.618, elegendo 5 vereadores, conforme quadro abaixo:

QUADRO IV	
JOÃO PESSOA – VEREADORES ELEITOS EM 09.09.1935	
VEREADORES	PARTIDO
Antônio Mendes Ribeiro	PRL
Osias Nacre Gomes	PRL
José Mario Porto	PRL
Joaquim Costa	PRL
João Amorim	PRL
Daniel Martinho Barbosa	PRL
Severino Ayres	PRL
Manuel Soares Londres	PP
José Eduardo de Holanda	PP
João Teixeira de Carvalho	PP
Joaquim Vicente Torres	PP
Oswaldo Pessoa	PP

FONTE: MENEZES, Antônio Botto de. *Minha terra: memórias e confissões*, p. 255.

A vitória do PRL na capital desencadeou uma crise política, motivando a demissão do então prefeito Borja Peregrino, enquanto o governador Argemiro de Figueiredo intensificava a propaganda de sua administração, assim auxiliada por dois importantes órgãos da imprensa pernambucana:

Quando de sua fala aos pessoenses, no dia de sua posse, da sacada do Palácio da Redenção, pronunciou o Dr. Argemiro de Figueiredo, a peroração eletrizante: “De hoje em diante as portas do Palácio estarão abertas para pretos e brancos, para ricos e pobres, para correligionários e adversários”, entre os aplausos e sorrisos amarelos de incredulidade de alguns... Mas o governo vem cumprindo regularmente o que disse

ao povo. Em sua audiência pública da última quinta-feira, atendeu uma verdadeira multidão de pessoas ávidas de falar-lhe, V.. Excia., sem “aplomb”, simples e a vontade no meio de todos, ouvia atentamente cada um, consultava os seus auxiliares a respeito de cada reclamação, de cada pretensão, de cada interesse... O Palácio da Redenção viveu os seus dias de João Pessoa.¹⁰⁴

Não obstante se afirmar, pelo órgão oficial, que o pleito se realizara em clima da mais ampla democracia, assistiu-se às mesmas violências das eleições anteriores, com eleitores perseguidos, urnas violadas, funcionários perseguidos e espancados, recrudescendo os protestos e debates na Assembléia Legislativa, onde o deputado de oposição Ernani Sátiro denunciou o clima de violência em Patos:

Existe no Município de Patos, uma família de homens ordeiros e trabalhadores... Vivem de seu labor honesto, despreocupados dos choques políticos de minha terra. Quando das últimas eleições sufragaram a chapa do Partido Progressista. Agora, porém, querendo por termo a uma situação de misérias, ficaram decididamente com o Partido Libertador. Tanto bastou para que se derramasse sobre eles uma tempestade de violências... Contra essa gente, volta-se agora a fúria de um sargento desabusado e perseguidor...¹⁰⁵

A partir de julho de 1935, à medida que se avolumam os movimentos grevistas na capital e cidades mais industrializadas

¹⁰⁴ Cf. DIÁRIO DA MANHÃ, Recife, 03 jul. 1935, p. 03 e DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 05 jul. 1935, p. 01, sob o título L'Ami du Peuple. Elogios a Argemiro de Figueiredo e as sua política de conciliação, republicado em A UNIÃO, 22 fev. 1935, p. 01.

¹⁰⁵ Ato da Sessão de 29 out. 1935, discurso do deputado perrelista Ernani Sátiro, apud *Homenagem ao Ministro Ernani Sátiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988, p. 62.

do estado, aperta-se o cerco da Igreja e do governo do estado, demandando a cooptação da classe trabalhadora através do atrelamento e tutela das sociedades beneficentes e de seus poucos sindicatos. Concomitantemente, o porta-voz da Igreja, o jornal A IMPRENSA, através de sua coluna integralista, incrementava a propaganda anticomunista e a doutrinação integralista. De meados ao fim de julho, o jornal católico iniciou a denúncia de um plano objetivando a “bolchevização” do Brasil:

As tétricas características da projetada Revolução Comunista os dias de luto que estariam reservados ao Brasil com a vitória do credo moscovita. Deus há de livrar o nosso país dessa onda de lama e de sangue.¹⁰⁶

O Brasil está envolvido na trama da Ação da III Internacional. Declarações do Sr. Felinto Muller aos Diários Associados, em torno das atividades extremistas do país.

A guerra psicológica, desencadeada por um dos jornais mais lidos na capital, fazia parte de uma campanha desenvolvida pela Igreja e pelo governo Vargas a nível nacional. Nesse sentido, A IMPRENSA, enfatizava o perigo da doutrinação comunista e que o Brasil era o país escolhido pelos comunistas para o seu quartel-general na América Latina.

E quanto às greves, a imprensa religiosa procurava incutir na opinião pública que o nosso operariado era trabalhador e ordeiro e que estava sendo influenciado “*por elementos extremistas infiltrados nas fábricas divulgando o credo de Moscou*”.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Cf. A IMPRENSA, João Pessoa, 18 jul. 1935, p. 01 e de 22 jul. 1935, p. 01. Os anúncios eram publicados em primeira página, com manchetes garrafais, com declarações de Felinto Muller afirmando que, segundo o “plano”, a população católica, a burguesia, os políticos, os camponeses e operários que não acatassem os princípios revolucionários bolcheviques, seriam fuzilados. E que os comunistas pretendiam se apossar de escolar e documentos de emissoras de rádio para controlarem o país. *Ibid.*, p. 02.

¹⁰⁷ Cf. A IMPRENSA, João Pessoa, 28 jul. 1935, p. 01.

O núcleo e sede social da Ação Integralista Brasileira – AIB, tendo como diretor de Propaganda Chileno Coelho de Alverga e Chefe Provincial, Pedro Batista, foram fundados na capital, à rua General Osório, n. 77, em fevereiro de 1935. A partir de então, com o apoio dos integralistas de Pernambuco, a AIB local fundou núcleos em vários municípios da Paraíba:

Auspicia-se bem promissor o movimento Integralista nesta província, especialmente, no interior. Além dos núcleos municipais de Souza, em São Gonçalo e Catolé do Rocha, organiza-se para meados do andante, a inauguração dos de Pirpirituba, Caiçara e Cajazeiras... Em vias de organização estão Campina Grande, Guarabira, Areia, Santa Rita e bem assim dois fortes núcleos distritais, um em Cruz das Armas e outro no Rogers, especialmente para operários...¹⁰⁸

Quanto ao operariado da capital e de cidades como Campina Grande e Santa Rita, esta última, com um dos sindicatos mais atuantes, sob o comando de David Falcão¹⁰⁹, teve significativa participação na Aliança Nacional Libertadora, sob a liderança do advogado e intelectual João Santa Cruz.

Segundo pesquisa realizada pela historiadora Eliete Gurjão¹¹⁰, no Arquivo da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais de João Pessoa, os principais jornais editados pelo operariado da Paraíba foram: A VOZ OPERÁRIA

¹⁰⁸ Cf. a coluna Integralismo, de A IMPRENSA, João Pessoa, 09 fev. 1935, p. 03 sob o título: AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA NA PARAÍBA. Infelizmente, não se dispõe ainda, em nossa historiografia, de trabalho específico e de fôlego sobre o Integralismo paraibano.

¹⁰⁹ Fundado em 1931, o Sindicato dos Tecelões da Fábrica de Tibiri ou CTP, sob liderança de David Falcão, teve relevante atuação política em Santa Rita e distribuída nos trens o jornal A VOZ OPERÁRIA. Ver, a respeito da atuação do operariado na Campanha do Tostão Contra o Milhão e que derrubou a oligarquia açucareira no município nas eleições de 1959. Santana, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. *Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba – 1920-1962*. João Pessoa: Grafset/CNPq/UFPB, 1990, sobretudo, o capítulo: “Santa Rita, Açúcar e Poder”.

¹¹⁰ Cf. Eleite de Queiroz Gurjão. Op. cit. Conforme já salientamos neste mesmo segmento, há bons trabalhos sobre as greves do operariado, porém se restringem a 1917 ou apenas aos anos 20. Porém, o período de maior mobilização foi de 1934 a 1935.

(fundado em 1931 e com circulação até 1935), pelas Associações Operárias da Paraíba do Norte: A UNIÃO OPERÁRIA, que circulou até 1932, fundado pela União Operária Beneficente; A FRENTE, com circulação de 01.05 a 01.08.1934, fundado por alguns sindicatos de Campina Grande, e O CLARIM, com circulação efêmera em 1940, fundado pela Sociedade União Operária Beneficente “*Elisio de Souza*”.¹¹¹

Não obstante a dificuldade e acesso aos raros números desses jornais, em mãos de particulares, constatamos que, dada a relevante repressão por parte do governo, da Igreja e dos segmentos oligárquicos, tiveram efêmera circulação, destacando-se como o mais combativo A VOZ OPERÁRIA, uma vez que congregava várias associações e conseguiu sobreviver de 1931 a 35.

Numa evidência do controle da igreja e dos grupos oligárquicos, aliado ao temor da exacerbada repressão, esses jornais pregavam o respeito às autoridades constituídas e a união da classe trabalhadora: “...em qualquer luta que tenhamos de travar, respeitaremos as autoridades constituídas do país e teremos especial carinho e atenção à moral...”¹¹²

A partir de 1935, o discurso veiculado avançou para reivindicar o cumprimento da lei de férias, de acidentes de trabalho, jornada de 08 horas, melhores condições de trabalho e transporte mais barato para a classe operária, com a extensão da linha de bondes aos bairros de maior índice proletário, como Rogers e Cruz das Armas. Em 1º de maio de 1935, sob os auspícios do governo Argemiro, que providenciou a banda de música da polícia para abrilhantar o evento e transporte para os operários de lugares mais distantes, ocorreram significativas comemorações à data, na Praça do Trabalho. Daí, partiu uma comissão liderada pela Frente Única Sindical¹¹³, sob o comando do deputado classista Anacleto Vitorino, levando uma série de reivindicações ao governo Argemiro de Figueiredo, dentre elas: melhores condições sanitárias e de assistência médica para os

¹¹¹ Idem, p. 147-148. Ver também Araújo, Maria de Fátima. *História e ideologia da imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A UNIÃO, 1983.

¹¹² Cf. Eliete de Queiroz Guirão. Op. cit., p. 150.

¹¹³ Cf. A UNIÃO. João Pessoa, 3 maio 1935, p. 01.

bairros proletários e transporte mais barato para os trabalhadores. Em meio aos grandes festejos de mais um aniversário de seu governo, quando da inauguração da Rádio Tabajara, o governador assim falou aos trabalhadores:

O meu governo, voltado para o conagraçamento da família paraibana na solução dos problemas sociais mais prementes, entrega hoje às classes mais pobres e, sobretudo, à classe proletária, inúmeras escolas para seus filhos e excellentes condições de transporte, com bondes modernos e seguros, dotados de todo o conforto para o trabalhador de nossa capital.¹¹⁴

Em cenário vincado pela mobilização operária, com o avanço das greves, o jornal oficial procurava, a todo custo, incutir no proletariado uma imagem distorcida do regime soviético, refutando qualquer idéia de mudanças e criando no imaginário social o terror do “*perigo vermelho*”. “*Essa perspectiva igualitária de um regime econômico despido de distinções, é que faz o prestígio inicial da revolução comunista. O povo está cego. Deixou-se empolgar pela miragem...*”¹¹⁵

Enquanto isso, o jornal da Igreja prosseguia com a campanha anticomunista e de doutrinação integralista:

O comunismo não só prega contra a propriedade privada e a religião... O regime bolchevique tem praticado através da propaganda pertinaz e materialista, a destruição da família, jogando os filhos contra os pais e irmãos contra irmãos...

Vede o exemplo do jovem que denunciou o pai e contribuiu para o seu fuzilamento a mando de Stalin...

Fora o comunismo,

¹¹⁴ Cf. pronunciamento de Argemiro de Figueiredo, pelos microfones da Rádio Tabajara, em 25 jan. 1937. Realmente, Argemiro criou linha de bonde para os bairros proletários do Roger e Cruz das Armas. Consultar a respeito, discurso do 2º aniversário de seu governo.

¹¹⁵ “Que é comunismo”, republicação em A UNIAO, João Pessoa, 15 ago. 1935, p. 02.

Viva a democracia brasileira!”¹¹⁶

Em meio à agitação da classe trabalhadora, o governo do estado, as facções oligárquicas e a Igreja católica, cimentam sua aliança, objetivando desestruturar as organizações operárias. Enquanto a Igreja procurava imputar um caráter comunista às greves, decantando a natureza pacífica e cordata do proletariado paraibano, alertando-o para o perigo de infiltração de elementos subversivos em suas manifestações, o governo, reforçando o policiamento da cidade, ameaçava puni-los com a Lei de Segurança Nacional. Intermediando a volta dos grevistas aos seus trabalhos, o porta-voz da Arquidiocese argumentava que “há quase uma semana a cidade vive sobressaltada”¹¹⁷ e que lamentava que os salários estivessem a merecer um reajuste, enquanto acusa o patronato de não ter uma mentalidade de justiça social formada e de não sentir a angústia de seus empregados, pois,

O vosso problema não é apenas um aumento de salário arrancado sob ameaça das injunções collectivas... É dentro da paz e da ordem que se constrói alguma coisa. Temei a intromissão dentro de vossa classe de elementos que vos quer explorar para servirdes de palha na fogueira social que a toda hora pretendem atear.¹¹⁸

E prossequindo com a campanha anticomunista, condenava com veemência a Aliança Libertadora, atribuindo-lhe o clima de “*instabilidade*” e de “*anarquia*” que se apossara da cidade:

Já se pensa, com razão, que os pobres operários – o homem honesto que conhecemos, incapaz de violências e de rapina, estão inconscientemente

¹¹⁶ “Os crimes do comunismo”, A IMPRENSA, João Pessoa, 25 ago. 1935, p. 03, depois de historiar o caso do jovem que denunciou o pai como inimigo da revolução, sendo este condenado ao fuzilamento na Rússia.

¹¹⁷ Cf. A IMPRENSA, João Pessoa, 09 out. 1935, p. 03.

¹¹⁸ Cf. Acabemos com a Greve, editorial de A IMPRENSA, João Pessoa, 08 nov. 1935, p. 01 e 05, apud Eliete Gurjão. Op. cit., p. 160.

servindo à trama de um plano preparado pelos "inocentes" idealistas da Aliança Nacional Libertadora (...) A tática dos communistas foi sempre esta: provocar a intranqüilidade em primeiro lugar, depois, de insustentabilidade pelas greves gerais, para, no momento exato, dar o golpe "armado".¹¹⁹

Neste contexto, vale salientar o controle exercido pela Igreja católica, não apenas pela imprensa, mas através das associações assistencialistas formadas por operários, destacando-se a União dos Operários e Trabalhadores Catholicos e União Operária Catholica, atuando, respectivamente, em João Pessoa e Campina Grande. Esta última atuou em aliança com a Sociedade Beneficente dos Artistas, dirigida e financiada pelos integralistas, realizando relevantes obras filantrópicas, distribuindo alimentos, vestimentas, ajuda em dinheiro e sustentando cerca de 500 alunos em suas escolas. A Juventude Operária Catholica, fundada no início da campanha eleitoral de 1933 pela LEC, tinha como objetivo:

...a arregimentação de jovens obreiros no sentido de dar-lhes uma consciência de verdadeiro operário, educando-os e instruindo-os nos princípios de respeito a Deus e às autoridades constituídas.¹²⁰

Enquanto o governo consolidava o seu poder aliando-se às antigas oligarquias adversárias e era aplaudido pelo seu proficuo desempenho na repressão às classes trabalhadoras, a partir das eleições municipais de 1935, o partido situacionista consegue

¹¹⁹ Idem, p. 161.

¹²⁰ Juventude Operária Catholica. In A IMPRENSA, 22 mar. 1933, p. 02. Meses depois, a JOC conseguiu arregimentar mais de 200 operários, inaugurando uma escola de alfabetização para Gazeteiros no bairro de Cruz das Armas, com o apoio do governo, que pagava seus funcionários e professores, às vésperas das eleições para a Constituinte Nacional de maio de 1933, constituindo um excelente apoio de alistamento eleitoral. (Cf. A UNIÃO, João Pessoa, 30 mar. 1933)

importantes adesões, enquanto o Partido Republicano Libertador vai se esfacelando.

Aliado a Flávio Ribeiro Coutinho, chefe da oligarquia açucareira paraibana, desde as eleições de 1934, quando conseguiu que Santa Rita, principal produtor de açúcar da Paraíba, retomasse seu status de cidade, Argemiro conseguiu eleger todos os prefeitos dos municípios açucareiros. A repressão exercida sobre os grevistas, nos meses de julho a novembro de 1935, rendeu-lhe vigorosos aplausos dos segmentos oligárquicos, notadamente, da incipiente burguesia industrial e comercial integrante da Associação Comercial da Paraíba.¹²¹

Se o apoio da oligarquia açucareira ao governo Argemiro de Figueiredo contribuiu para a expansão de seu prestígio político na área litorânea, a adesão do deputado Ernani Satyro garantiu-lhe o apoio do município de Patos e áreas adjacentes, consolidando a conciliação do litoral ao sertão, ficando na oposição apenas Itabaiana e Umbuzeiro.

Porém, esse processo de conciliação não era tão pacífico. Em Campina Grande, terra natal do governador, este sofreu ferrenha oposição da classe operária, através do jornal *A BATALHA*, dirigido pelo jornalista Isidro Ayres Castro:

O recrudescimento da campanha contra o oficialismo municipal e estadual haveria de provocar discriminações e perseguições próprias de uma época em que o coronelismo dispunha de mando quase absoluto nos municípios do interior... Como o clima de insegurança cresceu, Isidro Aires constituiu Dr. Hortênsio Ribeiro como advogado e conseguiu do Juiz de Direito, Dr. Severino Montenegro, proteção especial para a plena circulação do jornal...¹²²

¹²¹ Ver correspondências recebidas e publicadas em *A UNIÃO*, João Pessoa, 22 set. 1935 e 18 nov. 1935, p. 02 e 03, respectivamente.

¹²² *A BATALHA*, Campina Grande, 04 abr. 1935, p. 01, apud Josué Sylvestre. Op. cit., p. 214. Segundo este autor, "uma incipiente comissão de sindicalistas de Campina Grande procurou o então presidente do PP reivindicando uma vaga como candidato a deputado estadual para o jornalista Isidro Ayres". Porém, esta não se confirmou, mesmo depois de assegurada por

Enquanto A BATALHA criticava exacerbadamente o prefeito Pereira Diniz, à frente da Prefeitura de Campina Grande, responsabilizando o governador pela permanência daquele no cargo, o jornal VOZ DA BORBOREMA tecia constantes elogios à “*revolucionária administração do mais notável filho desta terra*”.¹²³

Aliás, a década de 1930 foi pródiga de jornais de oposição, embora tivessem efêmera duração e, muitas vezes, sucumbissem à truculência do autoritarismo. O quadro, a seguir, nos oferece uma amostragem de alguns jornais, sendo na maior parte, portavozes da classe operária.

QUADRO V PARAÍBA – ALGUNS JORNAIS DE OPOSIÇÃO FUNDADOS NA DÉCADA DE 1930			
ÓRGÃO	LOCAL	FUNDADOR E/OU PATROCINADOR	ANO DE FUNDAÇÃO E/OU DURAÇÃO
A RUA	João Pessoa	Eudes Barros	1931-1934
A VOZ OPERÁRIA	João Pessoa	Associação Operária da Parahyba do Norte	1931-1935
REACÇÃO (Boletim Mensal)	João Pessoa	Liga Pró-Estado Leigo	1932-1934
DIÁRIO POPULAR	João Pessoa	Órgão do Partido Popular da Parahyba	1934
A ALVORADA	João Pessoa	Aliança Prol. Beneficente	01/05/1933 a ?
UNIÃO OPERÁRIA BENEFICENTE	João Pessoa	União Operária Beneficente	1931-1932
O BRASIL NOVO	C. Grande e J. Pessoa	Tancredo de Carvalho	1931- C. Grande 1932-1935 J. Pessoa
O CLARIM	João Pessoa	Soc. Un. Operária Benef. Elísio de Souza	1939-1940
A BATALHA	C. Grande	Pedro Targino Teixeira	1934-1935

FONTE: ARAÚJO, Maria de Fátima. *Tudo sobre imprensa*. Op. cit.; SYLVESTRE, Josué. *Da Revolução de 1930 à queda do Estado Novo*. Op. cit. e MARTINS, Eduardo. “Evolução do jornalismo paraibano.” In RODRIGUES, Gonzaga e OCTAVIO, José (Orgs.). *Paraíba: conquista, patrimônio e povo*. João Pessoa: GRAFSET, s/d.

Argemiro. Sentindo-se desprestigiados, partiram para a oposição através do jornal A BATALHA. Op. cit., p. 210.

¹²³ “A Parahyba rumo ao desenvolvimento na dinâmica administração do Dr. Argemiro de Figueiredo”, editorial da VOZ DA BORBOREMA, Campina Grande, 25 jan. 1936, p. 01.

Sob os aplausos das facções oligárquicas, Argemiro de Figueiredo, omitindo-se de qualquer intermediação junto aos grevistas, desencadeou violenta política de repressão sobre os trabalhadores. Nos locais de trabalho, nas fábricas, associações e sindicatos, os operários eram constantemente fiscalizados e perseguidos por agentes do governo, com o objetivo de identificar os mais politizados. Os Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil e operários da Great Western foram amplamente perseguidos e demitidos.¹²⁴ Durante a caça aos participantes grevistas, João Santa Cruz foi intimado a depor na polícia, sob a acusação de orientar e estimular as greves. Naquela oportunidade, Santa Cruz negou qualquer orientação ou participação nas greves, argumentando que apenas lhes prestara assistência jurídica.¹²⁵

Nesse cenário marcado pelos confrontos, eclode, a 23 e 24 de novembro, em Natal e Recife, o Levante Comunista¹²⁶, desencadeando exacerbada repressão na Paraíba. Tal qual ocorrera em 1932, na “rebelião” paulista, a Paraíba enviou contingente militar e material bélico para combater os revolucionários, viabilizando a retomada de Natal pelas forças legalistas.

Com a derrota dos movimentos em Recife e Natal, para cuja repressão se contou com os exércitos particulares das oligarquias paraibanas, acirrou-se a repressão no estado. Alegando a descoberta de um plano comunista, com a participação da Paraíba, juntamente com os Estados vizinhos, nos levantes de novembro, iniciou-se uma série de prisões de trabalhadores e intelectuais supostamente envolvidos, recebendo os aplausos dos segmentos mais conservadores, como a

¹²⁴ Cf. A IMPRENSA, João Pessoa, 04 mar. 1936, p. 01, onde traz notícia da demissão sumária de 07 funcionários da Great Western, com mais de 10 anos de trabalho e sem direito a qualquer indenização.

¹²⁵ Cf. A UNIÃO, João Pessoa, 12 nov. 1935, p. 02.

¹²⁶ Ver Carone, Edgard. Op. cit. e Viana, Marly Gomes. *Revolucionários de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Associação Comercial, Assembléia Legislativa e coronéis da quase totalidade dos municípios.¹²⁷

Peça de fundamental importância é o Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social, em inquérito presidido por seu titular, Dr. Praxedes Pitanga, e enviado ao Juiz Federal, Dr. Antônio Guedes, em junho de 1936, que responsabiliza os comunistas, sob a liderança do Dr. João Santa Cruz, pelas greves de 1934-35 na Paraíba:

Esse período de sorradeira propaganda extremista veio suceder ao advento da Aliança Nacional Libertadora, ruidoso movimento político-social de um nacionalismo de fachada (...) em que pretendia disfarçar-se o comunismo. Vinham assim os extremistas paraibanos se empenhando nessa tarefa de lenta fermentação revolucionária que, a princípio, se denunciava em forma de greves e de outras agitações proletárias...¹²⁸

Mais uma vez, a Igreja, através de seu jornal, sem refutar em nenhum instante a veracidade das acusações da Delegacia de Ordem Política e Social, endossava as declarações de culpa obtidas arbitrariamente, sob tortura:

Ao ler as declarações das confabulações em torno de planos sinistros para a instauração do terror entre nós, o coração paraibano se enche de revolta por aquela tenaz propaganda que o nosso inconsciente liberalismo permitia e estimulava entre pobres figuras de operários joguetes

¹²⁷ Da data da eclosão do Levante, até meados de dezembro, A UNIÃO trazia, diariamente, centenas de telegramas de chefes políticos, prestando solidariedade aos atos de repressão do governador aos supostos criminosos políticos.

¹²⁸ Cf. "Para a história do comunismo na Paraíba", A IMPRENSA, João Pessoa, 08 mar. 1936, p. 01.

inconscientes nas mãos de chefes ideologicamente pervertidos.¹²⁹

Sem direito às garantias e direitos individuais, os acusados extrapolaram, sob tortura, todos os prazos legais de prisão, uma vez que o país se encontrava em estado de sítio. E assim, foram defendidos, preliminarmente, através de habeas-corpus, pelo Dr. Horácio de Almeida. Este alegou inicialmente que, se os acusados eram comunistas, se limitavam ao plano teórico da doutrina soviética, uma vez que:

...no inquérito, os depoimentos foram extorquidos sob ameaças, violências e espancamentos, resolvendo-se afinal a Polícia, vendo que se ia extinguir o sítio, a remeter o inquérito a este juízo...¹³⁰

Na Assembléia Legislativa, sob os votos de aplausos e de apoio ao decreto de Argemiro de Figueiredo, reprimindo manifestações subversivas e tornando obrigatória a propaganda contra o comunismo, o mesmo foi aprovado por unanimidade, sob o pretexto “*da premente necessidade de se combater a todo custo as doutrinas e práticas extremistas em nossa terra*”.¹³¹

A partir de 1936, o Congresso passara a legislar os poderes de emergência solicitados pelo governo e, quatro vezes durante esse ano, votara a ampliação do estado de sítio por 90 dias. A repressão se estendera até mesmo a membros do Congresso, “*e em setembro, um novo Tribunal de Segurança Nacional foi aprovado pelo Congresso, dando a Vargas mais um instrumento para perseguir e reprimir a oposição*”.¹³²

¹²⁹ Cf Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social, In: A UNIÃO, João Pessoa, 28 jun. 1936, 2ª secção, p. 04-05.

¹³⁰ Cf. A sentença do Dr. Galdino Guedes no caso dos extremistas. A IMPRENSA, João Pessoa, 04 mar. 1936, p. 01, apud Eliete Gurjão. Op. cit., p. 68.

¹³¹ Cf. Annaes da Assembléia Legislativa, em sessão de 03 out. 1937.

¹³² Cf. Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 44.

Dispondo dos instrumentos jurídicos-políticos necessários, Argemiro providenciou para que o estado se tornasse campeão na campanha nacional de caça e de repressão aos comunistas, ganhando destaque nos diversos órgãos da imprensa do país.¹³³

Na Granja São Rafael, na Mata do Buraquinho, para onde os presos foram levados, estes foram vítimas de violentas torturas e submetidos a toda série de humilhações, sob o comando pessoal do coronel Thomé de Souza, comandante do Batalhão de Engenharia, sediado em João Pessoa. Este orientava semanalmente as sessões de torturas físicas e morais impostas aos detentos.¹³⁴

Desse modo, a propaganda anticomunista foi reforçada e recrudescceu o número de prisões na capital e no interior. Em 1937, às vésperas do golpe do Estado Novo, por determinação do Ministro da Justiça, já se encontrava instalada na Paraíba a “*Comissão Nacional de Propaganda Contra o Comunismo*”. Por portaria desta Comissão, todos os estabelecimentos do estado, incluindo comércio, indústria, grêmios recreativos, desportivos, culturais, sindicatos, associações e estabelecimentos de ensino público e particular, foram intimados a “*remeter-lhe no prazo mínimo de cinco dias, sob pena das cominações legais, a*

¹³³ Os jornais DIÁRIO DA MANHÃ, Recife, 22 out. 1937, p. 01 e O GLOBO, Rio de Janeiro, 23 out. 1937, p. 02 dentre outros, destacavam que a Paraíba continuava dando exemplo ao país, em defesa dos ideais democráticos do imortal Presidente João Pessoa.

¹³⁴ Cf. depoimento do comunista João Batista Barbosa, à autora, em 1993. Ver Barbosa, João Batista. *Santa Cruz e o Jornal do Povo*. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985, um dos poucos trabalhos na historiografia paraibana a contemplar a repressão, juntamente com Eliete Gurjão. Op. cit. Segundo depoimento prestado ao jornalista João Batista Barbosa, D. Ada, esposa de João Santa Cruz, referindo-se a sua prisão em 1935, declarou-lhe: “Antes do Estado Novo, os prisioneiros amargaram dois anos de maior sofrimento na delegacia da Rua Duque de Caxias e, depois do golpe de Getúlio, foram transferidos para a Mata do Buraquinho... foi uma prisão cruel, porque ele (João Santa Cruz) carregava água em um galão para os soldados tomarem banho, mas ele não tinha direito a banho nem os outros presos. E ainda carregava a parte do Dr. Clerot por ser ele doente. O café era um caneco de flandres, com um pão. O almoço era com uma colher, a carne rasgada nos dentes. O responsável da prisão era o Cel. Thomé de Souza”. *Ibid.*, p. 182.

*indicação de local, dia e horário de seus trabalhos, para facilitar o serviço de fiscalização...*¹³⁵

Concomitantemente, instalou-se a Comissão Executora do Estado de Guerra da Paraíba, e por decreto do governo federal, foram designados oficiais do Exército e da Armada para assessorarem o governo estadual no cumprimento dessas medidas de repressão. Em obediência ao mencionado decreto federal, o Secretário do Interior e Segurança Pública da Paraíba, baixou portaria, designando, para os municípios, as Comissões Nacionais de Combate ao Comunismo, formadas geralmente, por médicos, juizes, professores, padres, advogados e promotores de justiça.

Estas comissões, além da função fiscalizadora, tinham a incumbência de zelar pelas práticas cívicas, recomendando e estimulando escolas, grêmios, sindicatos e associações, a realização de palestras educativas *“enaltecendo nossos fatos históricos e conscientizando sobre a necessidade de se preservar o país das garras ameaçadoras do comunismo”*.¹³⁶

E para concluir nossas reflexões, podemos afirmar que o governo Argemiro de Figueiredo, aliado à Igreja, aos comerciantes, à incipiente burguesia industrial e respaldado pela imprensa, realizou na Paraíba pós-30, a recomposição com as oligarquias, possibilitando através da repressão, cooptação e conciliação, a sua redefinição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, Maria de Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A UNIÃO, 1983.

_____. **Tudo sobre imprensa**. João Pessoa: A UNIÃO, 1984.

¹³⁵ Cf. Portaria publicada em A UNIÃO, João Pessoa, 24 out. 1937. “Em observação às instruções da Comissão da Superintendência do Estado de Guerra, o Dr. Salviano Leite Rolim, Séc. do Interior e Segurança Pública do Estado, nomeou hontem os membros que devem constituir em todos os municípios, a Comissão Nacional de Propaganda Systemathica Contra o Comunismo.” Ibid.

¹³⁶ Cf. depoimento do jornalista Duarte de Almeida à autora, em João Pessoa, 1995.

- Barbosa, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.
- Carone, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)**. 2 ed. São Paulo: Difel, 1977.
- Carvalho, Tancredo de. **Memórias de um brejeiro**. João Pessoa: Interplan, 1975.
- Coelho Filho, João Santos. **Impostos na Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934.
- Diniz, Ariosvaldo da Silva. "Controle e disciplina no processo de trabalho (As greves de 1917 na Paraíba e o discurso modernizador)". In **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências**. Fortaleza: (mimeo), 1986.
- Figueiredo, Argemiro de. **Discursos parlamentares e outros discursos**. João Pessoa: A UNIÃO, 1977.
- Gurjão, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba – 1889-1945**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.
- Martins, Eduardo. "Evolução do jornalismo paraibano". In Rodrigues, Gonzaga e Octavio, José (Org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Grafset, s/d.
- Moura, Francisco de Lima e. "Como foi consagrado em Campina Grande o governo do interventor Argemiro de Figueiredo". In **Reminiscências: figuras e fatos da Paraíba**. V. 1. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1939.
- Pinheiro, Paulo Sergio. **Estratégia e trabalho no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Santana, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba – 1920-1962**. João Pessoa: Grafset/CNPq/UFPB, 1990.
- Sylvestre, Josué. **Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo**. Brasília: Gráfica do Senado, 1993.
- Viana, Marly Gomes. **Revolucionários de 1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.